A CIDADE DA MINORIA

Todo munda busca
Ninguém acha você
A cidade assusta, mas vai amanhecer
Você já passou por mim (passou)
E nem olhou pra mim
Acha que eu não chamo atenção (acha)
Engana o seu coração
(Invisível – Baiana System)

Eduardo José Silva Lima[1]
Laís Pereira Santos[2]

Resumo

Palmas, capital do estado do Tocantins, é a última cidade brasileira construída com base em um projeto de planificação. O início de sua construção data de Maio de 1990, portanto após a Constituição de 1988 que garante o direito à moradia. Apesar desses fatores, planejamento e direito à moradia constitucionalizado, Palmas conta com um déficit habitacional significativo ao longo da sua História. Mesmo seguindo o modelo de cidades já planejadas, Palmas é composta por diversos e grandes vazios urbanos, e mesmo assim há diversas pessoas com problemas relacionados à moradia, entende-se que não houve a instalação inicial do planejamento da capital que previa uma boa qualidade de vida para

[1]Professor/pesquisador da Universidade Estadual do Tocantins.

[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins.

todos os moradores. O presente trabalho tem por objetivo central discutir como ocorreram as mobilizações de ocupações urbanas da cidade, através de aspectos históricos e sociais, diante dos problemas habitacionais. Temos como objetivo nesse trabalho de desnaturalizar discursos que avaliam déficit habitacional a questões de ordem individual, assim, analisamos movimentos de luta pela moradia e suas estratégias de resistência a um planejamento urbano excludente sendo as ocupações urbanas um exemplo pragmático.

PALAVRAS-CHAVE
Luta pela moradia - Movimentos sociais – Segregação - Vulnerabilidade habitacional.

Abstrac

Palmas, capital of the state of Tocantins, is the last Brazilian city built based on a planning project. Its construction started in May 1990, therefore after the 1988 Constitution that guarantees the right to housing. Despite these factors, planning and the right to constitutionalized housing, Palmas has had a significant housing deficit throughout its history. Even following the model of cities already planned, Palmas is composed of several large urban voids, and yet there are several people with problems related to housing, it is understood that there was no initial installation of capital planning that provided for a good quality of life. life for all residents. The main objective of this paper is to discuss how the mobilizations of urban occupations in the city occurred, through historical and social aspects, in the face of housing problems. We have as objective in this work to denaturalize discourses that evaluate housing deficit to individual issues, thus, we analyze movements of struggle for housing and its strategies of resistance to an exclusive urban planning, being urban occupations a pragmatic example.

Keywords
Fight for housing - Social movements – Segregation - Housing vulnerability.

Dentre as necessidades básicas do homem contemporâneo está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande

campo de disputas em diversas esferas, nesse texto trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob a égide neoliberal. Palmas se projetava, em discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo poderemos observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais que tinham interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para cidade. Essa pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, para esse trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

Vários foram os fatores que contribuíram para que o projeto original da construção de Palmas fosse alterado, atendendo a interesses diversificados. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência a processos como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Quando o planejamento da cidade não inclui pessoas em vulnerabilidade habitacional, essas se unem em torno de movimentos sociais organizados, com objetivo de romper com uma lógica exclusivamente neoliberal da cidade, excluindo quem não tinha condições econômicas de pagar por habitação própria. Segregar via economicamente não é nenhuma novidade no capitalismo, tampouco na formação das cidades modernas, trata-se de um longo processo, a questão é que esse processo secular modificou cidades também seculares, já Palmas nasce em outro contexto histórico, mas dentro de uma epistemologia neoliberal que fez com que repetisse o mesmo padrão.

O processo de urbanização e habitação transpassa por algumas etapas até chegar a de industrialização. O filósofo francês Henri Lefebvre discute que a cidade tem um significativo papel diante da percepção capitalista quanto à acumulação de valor, o que faz com que as cidades sejam alvo de especulações de mercado como qualquer outra mercadoria. Além de produto a cidade passa a centralizar as operações econômicas, por conseguinte será um ambiente atrativo para quem busca oportunidades de trabalho de maior remuneração. Com a

migração pessoas que moravam em regiões afastadas e rurais se mudam para as cidades, segundo Lefebvre:

> As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contem apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. (LEFEBVRE, 2008: 20)

Esse núcleo urbano idealizado para promover o progresso e prosperidade acaba por conviver com práticas das quais não condizem com esse ideal de modernidade. De certa forma é na incongruência e na contradição que a ocupação dos territórios fomenta disputas entre os grupos socais.

O conceito de lugar na contemporaneidade é entendido a partir de cidades que remetessem a ideia de utopia, moldando a um tempo significativo, e ainda hoje, a conformação de cidades e espaços. Ao tratar sobre o caso de Palmas o professor Glauco Cocozza (2007) discorre sobre haver uma contínua necessidade de debater sobre questões urbanas e em como os debates apresentados por escritores urbanistas se sobressaem de acordo com seus posicionamentos em relação à "prática da produção espacial" (2007, p. 59).

No Brasil, até o início do século XX, as cidades eram consideradas importante devido nelas estarem os aparelhos estatais e o controle do comércio agroexportador. A questão da urbanização foi ganhando força a partir de uma nova maneira de acumulação econômica quando o antigo modelo descentralizado em riquezas rurais perdia valor. A primeira cidade moderna planejada no Brasil, segundo Reis (2018), foi Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, em 1897, seguindo um "discurso clássico sobre valores racionais e representativos das cidades-capitais (técnicos, topográficos, econômicos e simbólicos) e na história dos primeiros debates sobre planificação urbana no Brasil" (REIS, 2018: 39), rompendo com a ideia de velho. Outras cidades foram planejadas com o pensamento modernista como Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia foi criada em 1933, mas tendo influencia modernistas do século XVIII e XIX. Para a criação de Brasília, em 1957, foram usados os princípios da Carta de Atenas, que são: o princípio da setorização, correspondendo à realização de cada atividade em uma área

diferente; a segregação no trânsito de pedestres e de veículos; e a organização de áreas residências em unidades de vizinhança.[3]

> O modelo cartesiano e positivista do Plano de Brasília foi comentado no mundo inteiro por intelectuais de diversas áreas e líderes políticos das mais diversas ideologias, mas surgem muitas dúvidas quando se trata de situar o projeto de Brasília como obra de um modernismo já em franca decadência no mundo ocidental (REIS, 2018: 56)

A arquitetura de Brasília sofreu diversas críticas no âmbito econômico, político e urbanístico. Mesmo com diversas polêmicas em relação à implantação de Brasília, o planejamento de Palmas, capital do estado do Tocantins, foi baseado na capital do Brasil, com um modelo urbanístico modernista. A professora Patrícia Reis afirma que a localização dessas quatro capitais são semelhantes, pois as mesmas não cumpriam todas os exercícios necessários do setor administrativo, e havendo dificuldades para expandir a cidade, ocorre a necessidade da criação de um novo. (REIS, 2018)

Para que a proposta da cidade que seria a capital do Tocantins fosse reconhecida, houve diversos estudos, tanto de campo, quanto bibliográficos, assim como materiais para auxílio. Estudos sobre aspectos demográficos, com a finalidade de viabilizar elementos à condições emergentes, avaliação de empreendimento, prevenções e correções necessárias, e elaboração do nível de qualidade de vida; renda e ocupação, com objetivo de caracterizar as formas que é distribuída a força de trabalho na região e fornecer elementos e subsídios necessários; e habitação, tendo como propósito caracterizar a situação habitacional, quantitativa e qualitativamente, de maneira global.[4]

A escolha da localidade da capital do estado do Tocantins gerou diversos conflitos entre os prefeitos das cidades já consolidadas, como por exemplo, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, porém, diante de argumentos políticos, decidiu-se criar uma cidade nova, que remetesse a ideia de modernidade e utopia.

[3]REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas. Florianópolis. Insular. 2018: 56.
[4]Acervo documental da implantação de palmas – 1989 a 1993; Estudo de impacto ambiental; localizada na caixa nº 001.

Para o desenvolvimento do projeto de Palmas, o governador Siqueira Campos contratou o Grupo Quatro Arquitetura Sociedade Simples Ltda.

> No projeto para a nova capital do Tocantins, os arquitetos basearam-se em conceitos urbanísticos e arquitetônicos similares aos utilizados no projeto de Brasília. O governador desejava que a nova capital representasse um marco histórico, que se somaria ao seu discurso de "grande pioneiro-construtor" (REIS, 2018: 74)

A empresa responsável pelo projeto da capital afirma que a região escolhida está localizada em um quadrilátero de urbanização e que o plano diretor se intercala entre plano básico e plano definitivo, e que se tem por finalidade "institucionalizar a organização e a estrutura de ocupação do solo".[5]

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Se pensava em um crescimento citadino de dentro para fora, humanização das moradias, a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de mini-cidades. Contudo, a realidade se mostrou diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelou o projeto inicial. Ao invés de se construir uma cidade de dentro para fora, instalou-se "focos" de ocupação, inclusive com o patrocínio governamental. Separaram fisicamente pessoas de acordo com seu poder aquisitivo, os trabalhadores que construíram a cidade foram impedidos de morar no plano diretor. Assim, foram criados bairros fora do perímetro urbano inicial da cidade, como Taquaralto, Jardins Aurenys, Taquari, etc [6], para a moradia de pessoas de baixa renda.

[5]GRUPOQUATRO. Memória do projeto da capital do estado do Tocantins. Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (Mimeo).

[6]Jardins Aurenys 1,2 e 3, irmão Dulce, Santa Bárbara, Taquaralto, Taquari dentre outros são bairros criados fora do plano diretor, oriundos de ocupações da população, algumas legalizadas e incentivadas pelo poder público e outras não.

À medida que a cidade crescia e recebia novos habitantes outros espaços foram sendo ocupados. Por volta de 1993, a região Norte da cidade, posteriormente denominada como Vila União, que tinha como objetivo inicial ser o setor de mais alto padrão da cidade, foi alvo de uma ocupação popular. Ao invés de grandes mansões e clubes aquáticos, destinou-se a fins menos segregacionistas, contudo sem um planejamento adequado até os dias atuais. O embate entre classes advém de uma tomada de consciência dos abusos cometidos pelo capital, não sendo guiado por doutrinação, mas sim por uma oposição a uma ordem social injusta pré-estabelecida. Quando trabalhadores decidiram ocupar o centro da cidade, o fizeram por existir vazios urbanos garantidos ao capital em detrimento das pessoas.

Como forma de questionamento de uma hegemonia nasce movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas. Esse foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois

se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes. Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

O planejamento da cidade, seguindo uma linha do urbanismo moderno do século XX, permitia que sua implantação fosse realizada em dois níveis, um de seu todo, outro das especificidades, permitia também uma articulação entre normas estaduais e federais sobre planejamento urbano, fundamentalmente o exercício das funções, a organização espacial, as obras civis e o controle administrativo. No memorial descritivo do projeto consta ainda dez princípios na qual deu embasamento à construção de seu planejamento, entre eles estão: traços viários que permitiam acessibilidade à cidade de forma que fosse possível alcançar visualmente o Lago e a Serra do Lajeado; preservar ambientes naturais da cidade; fora pensado meios de beneficiar pedestre tanto no caráter urbano (do seu todo), quanto no centro das quadras (especificidade); a urbanização e desenvolvimento da cidade de forma gradual, evitando assim segregação espacial; a quantidade de moradores por quadra, devendo ser 300 habitantes; transporte e desenho urbano da cidade, devendo haver faixas prioritária de ônibus; dentre outros.

Apesar de todo esse planejamento, Palmas é uma cidade desconfortável para os pedestres, com suas enormes quadras, tendo os mesmos que percorrem por grandes caminhos. Ainda que no planejamento da cidade tenha sido pensado na condição do pedestre, Palmas é uma cidade desenhada para os carros, contrariando mais uma vez seu projeto inicial. Com relação à questão ambiental, mesmo que tenha sido pensada para preservar o ambiente natural foram construídos prédios de alto potencial degradante, como o shopping center, próximo ao Córrego Brejo Comprido. Palmas deveria ter sido ocupada de forma gradual, porém diversos fatores contribuíram para que essa idealização não fosse efetivada, o que resultou em diversos vazios urbanos e uma enorme segregação sócio espacial na cidade. O não cumprimento da implantação gradual da cidade fez com que atualmente 40% da população resida fora dos limites do plano diretor, em regiões periféricas.

Uma interrogação que vem a tona é de como foi dividida a cidade e de quem era a responsabilidade de vender ou doar os lotes. Em Boletim Informativo o estado explica como será esse processo:

> A venda de lotes da capital definitiva do Estado será efetuada por um pool de empresas, que ainda não foram escolhidas. A informação é do deputado Federal e Presidente da Comissão de implantação da Nova Capital (Novatins), Eduardo Siqueira Campos (PDC), que justificou esta ideia afirmando que o governo não pretende transformar órgãos como a Novatins, Codetins e Sevop em empresas imobiliárias. "A área é muito grande também, para ficar nas mãos somente do governo ou de uma empresa", acrescentou[7].

Fica clara a opção por uma gestão privada da expansão urbana da cidade. Os interesses privados falaram mais alto e, com isso, a população mais pobre foi impedida economicamente de habitar o plano diretor da cidade. As áreas centrais foram reservadas para suprir a necessidade de moradia de uma classe alta que até hoje não conseguiu ocupar todo território. Não foi dada à classe baixa a opção de preencher os vazios urbanos, que persistem até os dias atuais. Esses tiveram que lidar com duas alternativas: viver em bairros distantes do centro com uma infraestrutura menos elaborada e bem aquém do ideal urbanístico ou ocupar os vazios urbanos em movimentos pelo direito à moradia.

O pesquisador Francisco Amaral (2009) discorre sobre a propriedade imobiliária e sobre o Estado influenciarem na atividade especulativa, implantando e levando recursos públicos para as áreas distantes ocupadas e aumentando automaticamente os custos das cidades. Ao invés de criar mecanismos que possibilitassem essas pessoas com menos condições financeiras a morarem mais próximos do centro. Essa especulação imobiliária faz com que haja uma expansão horizontal, com diversos vazios urbanos, e aumento de custos de caráter social como é o caso de infraestrutura por exemplo. Para que houvesse essa segregação socioespacial o mercado imobiliário aumentava os preços de imóveis, o Jornal do Tocantins revela que o valor dos mesmos estavam cerca de 25 % a 30% mais caro do que o estivado no início do ano 2000. [8] O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins (Creci – TO) discorre sobre

[7]Boletim Informativo SECOM-TO 02/06/1989 localizado na Caixa 43 do Arquivo da Fundação de Cultura de Palmas.
[8]Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. 2000. Vendas de imóveis em baixa na Capital. Palmas, quinta-feira, 27 de janeiro de 2000.

a especulação imobiliária em nível abusivo, e sobre o valor de lotes assustar os investidores.[9]

No início da instituição da capital, um grande número de pessoas procurou lotes para compra, porém poucas áreas da cidade estavam devidamente regularizadas. Devido a pouca oferta e grande procura de lotes no inicio da criação de Palmas, houve um aumento bastante significativo no valor dos mesmos, em razão desse aumento o mercado imobiliário começa a ter pouca procura e os moradores a construírem casas e residirem em regiões irregulares, sem a menor infraestrutura digna à moradia. [10]

Com os obstáculos impostos surgem áreas ilegais/irregulares ocupadas com autoconstruções, muitas vezes precárias. Os loteamentos irregulares têm se tornado cada vez mais frequente desde a década de 1990, decorrente da falta de alternativa da população de baixa renda, que ocupam essas regiões vulneráveis, vivendo com o mínimo de infraestrutura urbana e com ausência de serviços públicos. Tendo sequer alguma documentação básica que poderia garantir, mesmo que minimamente, acesso a direitos e políticas básicas, assim também como assegurar aquela própria terra às pessoas que então habitam.

As ocupações em regiões a espera de regularização dão inacessibilidade à direitos sociais, como de saúde e de educação por exemplo, aumento consequentemente o número no déficit habitacional e na quantidade de famílias em regiões precárias, e havendo por conseguinte segregação espacial.

A instituição de Palmas, segundo Amaral (2009), se deu por meio a uma gestão territorial autoritária e centralizadora que auxiliava na especulação imobiliária, ofertando moradias em regiões distantes para a população mais pobre. Como exemplo disso foi o sorteio de 750 lotes para venda para famílias sem condições financeiras de comprar um lote/moradia no centro da cidade, famílias estas cadastradas na Agencia de Desenvolvimento (AD-TO).[11] Aproximadamente 200 famílias que estavam ocupadas em um território público à margem

[9]Jornal do Tocantins. 1780 a 1805. 1 a 31 de março. 2000. Especulação imobiliária assusta os investidores. Palmas, domingo, 12 de março de 2000.
[10]Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. 1999. Lotes na Capital têm valorização de até 70%. Palmas, sexta-feira, 1º de outubro de 1999.
[11]Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. Palmas – TO. 1999. AD – TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas. Palmas, sábado, 27 de março de 1999.

da TO-050, foram obrigadas pela prefeitura de Palmas a se retirarem, os responsáveis pela operação não deram informações sobre a realização da mesma.[12]

Com a falta de programas habitacionais para a população sem condições financeira de comprar um lote/moradia, a Coordenação Municipal do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLP) decide em assembleia geral que mais de 300 sem tetos ocupariam lotes que não estivessem cumprindo nenhuma função social, um dos membros da Coordenação expõe que foi prometido, em período eleitoral, a doação de lotes para a construção de moradias, e inclusive feito o cadastramento de mais de 20 mil famílias, porém, após o período citado o governo comunica que não tem os lotes para essa população. [13]

Ainda nos anos 2000, devido à falta de politicas habitacionais e grande número de sem tetos, há diversas mobilização dos mesmos objetivando sensibilizar a prefeitura, uma dessas mobilizações se deu na escadaria da Assembleia Legislativa, resultando apenas na promessa do vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Palmeri Bezerra (PL-TO) quanto à convocação da comissão para a discussão do problema. [14] O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de embate, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

É visível a quantidade de vazios urbanos no centro da cidade e proximidades, então surge o questionamento quanto ao posicionamento do governo após o período eleitoral, para que população não está disponível os lotes não ocupados nas regiões mais centrais?

No livro "Modernidades tardias no cerrado – Arquitetura e Urbanismo na Formação de Palmas" há relatos de moradores quanto à sensação de "cidade fria" sentida pelos mesmos e, ademais, exposição quanto o "novo governador não gostava da ideia de garantir aos pobres terrenos em áreas tão próxima ao Palácio Araguaia, visto que as quadras ocupadas eram próximas ao centro administrativo da nova capital" (REIS, 2018: 64).

[12]Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 1999. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.
[13]Jornal do Tocantins. 1629 a 1653. 1 a 30 de setembro. Palmas – TO. 1999. Grupo decide invadir terrenos em Palmas. Palmas, terça-feira, 28 de setembro de 1999.
[14]Jornal do Tocantins. 1985 a 2007. 1 a 29 de Novembro. Palmas – TO. 2000. Sem-teto ocupam escadaria da assembleia. Palmas, quarta – feira, 29 de novembro de 2000.

Palmas começou sua construção em 1989, após a Constituição Federativa de 1988, subentende-se que os direitos previstos pela constituição deveriam ser efetivados, dentre estes o direito a moradia previsto no Art. 6º, ainda mais com o planejamento urbanístico modernista na cidade, no entanto, mesmo com meios para prevenir agravamento em relação a condições de moradia no espaço urbano, a cidade é repleta de problemas habitacionais. Como pontua Brito (2010) Palmas não fugiu à regra da especulação imobiliária, o que gerou um espaço dominado por intervenção política.

No ano de 2010, de acordo com IBGE, a população de Palmas era de 228.332 habitantes, representando 16,5% da população do Tocantins. Já o déficit habitacional, levantado pela Fundação João Pinheiro, era de 12.498 moradias, o que representa 18,2% das unidades habitacionais existentes. É notória a precariedade existente no acesso à moradia, desde a fundação da capital tocantinense até os dias de hoje.

Esse direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna com todos equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Tais características de moradia podem parecer simples para algumas pessoas, mas para uma parcela significativa de habitantes de Palmas é uma realidade cruel não contar com esses direitos constitucionais.

Entende-se que a regularização de regiões possibilita a efetividade de direitos sociais, abrangendo tanto as políticas de legalização fundiária de regiões ocupadas informalmente, quanto à urbanização de áreas informais, exercendo o direito de todos a viver em condições dignas. Com a temporada de chuva, as periferias da cidade, locais menos desenvolvidos e sem muita infraestrutura sofre com erosões e interrupções de ruas, resultando em ricos para os moradores dessas regiões, dificultando também a circulação de automóveis, sendo o caso dos Aureny's e das Arnos [15]. A falta de energia elétrica também se faz nessas regiões, o que resulta em ligações clandestinas feitas por uma quantidade significativa de moradores, no Jornal do Tocantins há relatos dos moradores da Aureny III onde os mesmo esclarecem sobre o problema relacionado **à** energia [16]. Os moradores de Taquarussu, bairro também localizado longe do centro da cidade, reivindicam

[15]Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Erosão provocadas pelas chuvas danificam quadras. Palmas, sábado, 8 de janeiro de 2000.
[16]Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. Palmas – TO. 2000. Gambiarra prejudica morador do Aureny. Palmas, sábado, 15 de janeiro de 2000.

por maiores infraestrutura, como policiamento e posto de saúde [17]. Os habitantes das Arses relatam do total descuido do município em relação **à** iluminação e local para lazer no bairro [18].

É notório, diante tanto relatos e mídias/matérias jornalística, que há uma grande precariedade na implantação de recursos/equipamentos públicos, principalmente nas regiões mais distantes da centralidade da cidade, e mesmo que a habitação (loteamentos e casas) seja assegurada, os outros direitos que integram o da moradia não estão sendo efetivado, o que resulta em déficit habitacional. Rafael Gonçalves (2009) aponta que apesar da constituição promover avanços, os registros em relação a programas relacionados ao solo é negativo e que a efetividade de direitos está caminhando em curtos passos.

O projeto da capital do Tocantins, que objetivava uma boa qualidade de vida para os seus moradores, pretendendo atingir a flexibilidade, qualidade ambiental e viabilidade, idealizava uma cidade que remetesse a ideia de novo e tivesse ainda uma facilitação de acesso ao espaço urbano para toda população. Frente a todo o estudo e apresentações em relação à implantação da cidade, nota-se que essa facilitação de acesso à habitação e boa qualidade de vida não ocorrem para toda a população palmense, mas sim para uma porcentagem possuidora de um maior poder aquisitivo.

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de

[17]Jornal do Tocantins. 2009 a 2034. 1 a 31 de Dezembro. Palmas – TO. 2000. Taquarussu quer mais infraestrutura. Palmas, terça-feira, 19 de dezembro de 2000.
[18]Jornal do Tocantins. 1960 a 1984. 1 a 31 de outubro. Palmas – TO. 2000. Praça da Arse 14 está abandonada. Palmas, domingo, 22 de outubro de 2000

resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

Entende-se que por mais que se tivesse um projeto para a implantação da cidade, o mesmo não fora seguido, acredita-se nisso devido tantos problemas habitacionais. Deduz-se ainda, através das fontes e relatos de moradores, que se objetivava executar uma forma de higienização social nas centralidades da cidade. A implantação da capital além infringir o projeto primeiro, desrespeita a constituição federativa de 1988 em relação a questão da moradia e direitos sociais. Em Palmas o direito a moradia é de difícil efetivação, e mesmo quando efetivado o acesso à habitação para pessoas mais pobres, essa "acessibilidade" se dá em locais distantes e sem sua complementação, ou seja, sem infraestrutura, sem postos de saúde, escolas e muitas vezes sem até iluminação pública.

Quando o direito à moradia não é garantido, todos os outros direitos sociais são violados. Portanto, para que se garantam os demais direitos, configura-se fundamental o cumprimento do direito à moradia. Entende-se que não pode se analisar os problemas urbanos sem que haja a analise acerca da política social e econômica.

RECEBIDO em 14/07/2020
APROVADO em 29/11/2020

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. Brasília, 2009.

BARBOSA, Fábio. A formação urbana no município de Palmas (1989-2012) e o direito de moradia. Goiânia. 2012

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/To: a felicidade no imaginário social.** 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

BRITO, Eliseu Pereira de. **CONSTRUIR PALMAS? Uma análise da construção da capital do Tocantins**. In Revista Ateliê Geográfico. Goiânia (GO)Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA), v.4, n. 4. 2010b.

BRITO, Eliseu Pereira. **Planejamento, Especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas.** Caminhos de Geografi**a.** Revista Online. Vol.11, n. 34. Uberlândia: Instituto de Geografia, UFU, 2010.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.Companhia das Letras, 1989.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas.** São Paulo, 2007.

GIRALDIN, O. (Org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

GONÇALVES, R. S. **Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial.** São Paulo: Estudos avançados, vol. 23, nº 66, 2009. Disponível em http://www.scielo.br, acesso em 20/11/.2018

GRUPOQUATRO. **Memória do projeto da capital do estado do Tocantins. Palmas/Plano Básico.** Goiânia, 1989 (Mimeo).

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5º edição. Centauro editora. São Paulo.

LIRA, Eliseu Ribeiro. **A gênese de Palmas: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal.** Goiânia: Kelps**,** 2011.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos**. In: PISNKY, Carla. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**; Goiânia, Brasília e Palmas. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) –Pós-graduação em História. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos), São Leopoldo, 2010.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas.** Florianópolis. Insular. 2018.

SHARPE, Jim. **A história vista de Baixo**. In.: BURKE, Peter (org.).A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 : árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____**. A miséria da teoria, ou, um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar , 1981.